

## ATA CONJUNTA DO CMPS/CI Nº 2/2022

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de 2022, às 14h, reuniu-se de forma presencial e online o Conselho Municipal e o Comitê de Investimentos. Presentes na Câmara Municipal os membros José Adelar, Jonas, Mateus, Jordan, Soelaine, Antônia, Fabiola, Elaine e Mônica. De forma online, Mário e Jaqueline. A reunião foi aberta pela presidente, Mônica, que por cerca de uma hora passou os principais pontos aprendidos no treinamento oportunizado pela AGIP – Resolução 4.963/21 do CMN (Conselho Monetário Nacional). Foi mencionado pela conselheira que – embora não presentes bancos privados no evento – o treinamento foi de grande valia. Mencionou que o evento contou a presença do sr. Alex Rodrigues - subsecretário do Ministério da Previdência - o qual referiu próprio ministério contribuiu para ser feita a resolução estudada e que é totalmente diferente ter o treinamento diretamente na fonte, e não com informações prestadas por um terceiro. Ficou acertado que o pagamento do valor das compensações previdenciárias deve ser mencionado nas próprias reuniões: se pagamos ou se ganhamos algum valor (a fim de dar maior transparência ao Fundo). Nesse momento, o servidor Mário retirou-se da reunião. Em seguida, foi relatado pela presidente a importância de uma maior atuação do comitê de investimentos pois precisamos buscar maiores retornos. Que deve haver maior transparência nos relatórios entregues do comitê e podem ser mencionados nas reuniões as aplicações sugeridas individualmente por cada membro do Comitê, os seguimentos (benchmark) sugeridos, novas aplicações, e participação de algum treinamento. Ainda, a presidente solicitou posicionamento do Comitê acerca de bancos privados, se há viabilidade/vantagem nesse tipo de aplicação, a ser apresentado na próxima reunião. Ainda, que há treinamento disponível em Florianópolis disponibilizado pela ABIPEM – Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - instituição de cunho nacional, com foco em vários tipos de investimentos e com participação de várias instituições privadas. Mas chegou à conclusão que só há viabilidade de participarmos nesse tipo de evento se tivermos interesse em investirmos em aplicações diferentes nessas instituições. Ainda, o participante Jonas, do comitê de investimentos, ressaltou que não tiveram nenhum treinamento presencial, que todas as informações prestadas nos relatórios do Comitê são provenientes da Empresa Referência, que não há qualificação dos membros do Comitê. Ressaltou que em quatro anos de Comitê nunca viajou em um curso. A conselheira Mônica ponderou que teve uma conversa com o Prefeito Municipal ressaltando a importância da qualificação, mostrando-se o executivo totalmente aberto ao diálogo e interessado na qualificação dos membros do RPPS, somente recomendando prudência de gastos – chegando a sugerir uma estimativa de 2 (dois) membros do RPPS por curso - e olhando, obviamente, a programação desse. Entretanto, a conselheira arrematou, é necessário haver empenho cada vez maior de todos os membros – principalmente do Comitê – pois é necessário a demonstração de aproveitamento do curso para o RPPS. Finalizou dizendo que demonstrando maior empenho é natural que o Comitê vá mais em cursos – pois o mercado é algo que toda hora está mudando. Sugeri que sempre que algum membro do RPPS participar de algum curso (seja presencial ou online) aborde na reunião mensal os pontos principais do evento – sempre que o assunto interessar aos demais membros do RPPS. Ainda, incentivou que na parte inicial da reunião, o comitê aborde as questões de investimentos, para ter foco no assunto e até para – se quiserem – não participar da segunda parte da reunião (assuntos de competência do Conselho Normativo e Fiscal). Nesse momento, a servidora Soelaine sai da reunião. No mês de janeiro, obteve-se o valor de R\$ 64.208,78 de rendimentos, atingindo um rendimento de 0,24%. Em seguida, a presidente perguntou a gestora acerca da prestação de contas anual, questionando quando será feita (art. 34, §3º, III, da Lei Municipal 4.378/18) – ela deve ser realizada antes da assembleia de prestação de contas. Por derradeiro, a presidente informou que recebeu um ofício do executivo informando a abertura de sindicância acerca de uma situação irregular apurada pelo TCE-RS a respeito de recursos do RPPS: o pagamento de duas guias de compensação previdenciária pagas em atraso, gerando o valor de multa e juros de aproximadamente R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). Informou que a primeira guia paga em atraso foi devido a problemas na migração do novo sistema de Compensação Previdenciária, ocorrida

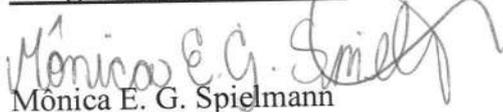
  
Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de 2022, às 14h, reuniu-se de forma presencial e online o Conselho Municipal e o Comitê de Investimentos. Presentes na Câmara Municipal os membros José Adelar, Jonas, Mateus, Jordan, Soelaine, Antônia, Fabiola, Elaine e Mônica. De forma online, Mário e Jaqueline. A reunião foi aberta pela presidente, Mônica, que por cerca de uma hora passou os principais pontos aprendidos no treinamento oportunizado pela AGIP – Resolução 4.963/21 do CMN (Conselho Monetário Nacional). Foi mencionado pela conselheira que – embora não presentes bancos privados no evento – o treinamento foi de grande valia. Mencionou que o evento contou a presença do sr. Alex Rodrigues - subsecretário do Ministério da Previdência - o qual referiu próprio ministério contribuiu para ser feita a resolução estudada e que é totalmente diferente ter o treinamento diretamente na fonte, e não com informações prestadas por um terceiro. Ficou acertado que o pagamento do valor das compensações previdenciárias deve ser mencionado nas próprias reuniões: se pagamos ou se ganhamos algum valor (a fim de dar maior transparência ao Fundo). Nesse momento, o servidor Mário retirou-se da reunião. Em seguida, foi relatado pela presidente a importância de uma maior atuação do comitê de investimentos pois precisamos buscar maiores retornos. Que deve haver maior transparência nos relatórios entregues do comitê e podem ser mencionados nas reuniões as aplicações sugeridas individualmente por cada membro do Comitê, os seguimentos (benchmark) sugeridos, novas aplicações, e participação de algum treinamento. Ainda, a presidente solicitou posicionamento do Comitê acerca de bancos privados, se há viabilidade/vantagem nesse tipo de aplicação, a ser apresentado na próxima reunião. Ainda, que há treinamento disponível em Florianópolis disponibilizado pela ABIPEM – Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - instituição de cunho nacional, com foco em vários tipos de investimentos e com participação de várias instituições privadas. Mas chegou à conclusão que só há viabilidade de participarmos nesse tipo de evento se tivermos interesse em investirmos em aplicações diferentes nessas instituições. Ainda, o participante Jonas, do comitê de investimentos, ressaltou que não tiveram nenhum treinamento presencial, que todas as informações prestadas nos relatórios do Comitê são provenientes da Empresa Referência, que não há qualificação dos membros do Comitê. Ressaltou que em quatro anos de Comitê nunca viajou em um curso. A conselheira Mônica ponderou que teve uma conversa com o Prefeito Municipal ressaltando a importância da qualificação, mostrando-se o executivo totalmente aberto ao diálogo e interessado na qualificação dos membros do RPPS, somente recomendando prudência de gastos – chegando a sugerir uma estimativa de 2 (dois) membros do RPPS por curso - e olhando, obviamente, a programação desse. Entretanto, a conselheira arrematou, é necessário haver empenho cada vez maior de todos os membros – principalmente do Comitê – pois é necessário a demonstração de aproveitamento do curso para o RPPS. Finalizou dizendo que demonstrando maior empenho é natural que o Comitê vá mais em cursos – pois o mercado é algo que toda hora está mudando. Sugeri que sempre que algum membro do RPPS participar de algum curso (seja presencial ou online) aborde na reunião mensal os pontos principais do evento – sempre que o assunto interessar aos demais membros do RPPS. Ainda, incentivou que na parte inicial da reunião, o comitê aborde as questões de investimentos, para ter foco no assunto e até para – se quiserem – não participar da segunda parte da reunião (assuntos de competência do Conselho Normativo e Fiscal). Nesse momento, a servidora Soelaine sai da reunião. No mês de janeiro, obteve-se o valor de R\$ 64.208,78 de rendimentos, atingindo um rendimento de 0,24%. Em seguida, a presidente perguntou a gestora acerca da prestação de contas anual, questionando quando será feita (art. 34, §3º, III, da Lei Municipal 4.378/18) – ela deve ser realizada antes da assembleia de prestação de contas. Por derradeiro, a presidente informou que recebeu um ofício do executivo informando a abertura de sindicância acerca de uma situação irregular apurada pelo TCE-RS a respeito de recursos do RPPS: o pagamento de duas guias de compensação previdenciária pagas em atraso, gerando o valor de multa e juros de aproximadamente R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). Informou que a primeira guia paga em atraso foi devido a problemas na migração do novo sistema de Compensação Previdenciária, ocorrida

em meados de dezembro de 2020, pois havia dificuldades para saber o valor a ser pago porque estávamos sem acesso ao novo sistema (COMPREV). Informou que na época foi aberto chamado e houve dificuldades de comunicação com o Ministério da Previdência (que disponibiliza o sistema), sendo que esse demorou para responder. Que na época não era ela quem fazia as guias – e a gestora não soube informar quem fazia. Em seguida, a presidente e agente previdenciária informou que a partir do novo sistema passou a controlar o processo de compensação, inclusive quando há necessidade de pagamento e passou a fazer as guias. Que a segunda guia não paga (do primeiro semestre de 2021) consistia no valor de aproximadamente R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) sendo que se lembra de ter entregue para a gestora, porém não sabe o que aconteceu no processo pois não foi paga. Informou que a guia foi empenhada e que é esse o comprovante que entregou a guia. Porém na prática, a guia somente foi paga meses depois, no final do ano, e foi isso que gerou juros de aproximadamente R\$ 10.000,00 (dez mil). A presidente informou que também foi chamada no gabinete a respeito do assunto e foi informada pelo Prefeito a respeito do assunto a fim de comunicar o Conselho da situação e que seria aberto o procedimento para averiguação cabível. Arrematou dizendo que prefere não se posicionar e que é necessário esperar o resultado da sindicância. Em seguida, a conselheira Fabíola, que estava presente na reunião no gabinete, complementou dizendo que a segunda guia que deveria ter sido paga em junho/2021 foi reemitida com juros em dezembro/2021 e, segundo o Prefeito, foi paga sem sua assinatura à época, fato confirmado pela gestora na reunião. Cassiano, controle interno municipal, nessa semana havia localizado a guia sem assinatura do prefeito e dado a guia com o empenho para ele assinar (com os juros), diante do pedido de informações do TCE-RS - isso meses depois do ocorrido e não tinha se atentado que era uma guia com juros antiga. Em seguida, a gestora Elaine passou a explicar o que aconteceu e que seria até útil para explicar a presença do servidor Fernando, atual secretário da Fazenda. Aduziu que a guia entra para a contabilidade, passa para a servidora Evelise (fase de empenho), passando para a mesa do servidor Fernando, para depois ir pro Gabinete pedir a autorização para depois liquidar o empenho. Que a guia não paga deve ter se perdido nesse processo – provavelmente no gabinete – porque não voltou, senão teria sido paga. Que o prefeito é o ordenador de despesa e tem que esperar ele ordenar para pagar. Que a guia foi empenhada em junho e no fim-de-ano quando estava verificando pendências para fechamento anual verificou o empenho em aberto (não pago). Que pediu orientação ao servidor Fernando porque o Prefeito estava viajando – nesse momento, o servidor Fernando passa a fazer parte da reunião. Continuando o relato, a gestora informa que de uma forma ou outra a guia tinha que ser paga, mesmo que se pagasse juros e que o servidor Fernando, uma vez que é Secretário da Fazenda, tem alçada para isso. Em seguida, o servidor Fernando esclareceu que a guia foi empenhada na data correta (junho de 2021 – sem juros) e essa guia se perdeu no processo de pagamento e não há provas de onde se perdeu. Que quando ele e a gestora se deram conta da falta de pagamento, chegaram a simular diferentes datas com pagamento de juros e que cada dia mais aumentava o valor de juros (sendo que o limite de juros e multa é 20% do valor principal) – aumentava cerca de R\$ 200,00 cada dia. Sendo assim, finalizou que era urgente o pagamento, não sendo possível esperar a volta do Prefeito – que estava em viagem. Então foi feito o pagamento sem colher a assinatura do prefeito para evitar um prejuízo maior. Em seguida, a presidente do RPPS mencionou que tais pagamentos com juros deveriam ter sido mencionados anteriormente pela gestora ao conselho a fim de dar ciência a esse e constar em ata – até mesmo para proteção da própria gestora. Também perguntou à gestora se há algum controle de retorno na contabilidade a partir do momento em que é entregue a guia a ela, sendo que ela referiu que não tem. O servidor Fernando falou que isso demandaria um sistema que custa aproximadamente R\$ 120.000,00 e que não há condições de adquiri-lo no momento. Por último, a presidente sugeriu alguma forma manual de controle para que não haja o mesmo problema novamente: agenda, planilha de excel. O servidor Fernando esclareceu que esse tipo de problema não acontece nas contas da prefeitura e que o fluxo é diferente do Fundo de Previdência, sendo que essa parte seria melhor explicar a conselheira Jaqueline, tesoureira. A conselheira referida explicou que ela e a colega dela (Elizandra da Cruz) têm um mural onde constam as guias de pagamento, a fim de controlar as datas. O servidor Fernando opinou que talvez seria uma boa ideia



passar uma das vias da guia do RPPS para tesouraria (quando tiver pagamento), a fim de que as servidoras desse setor controlarem as datas. O servidor Mateus, do comitê de investimentos, questionou a gestora se foram feitos os investimentos que abordaram na reunião ocorrida na semana passada (com o Comitê). A gestora informou que vai fazer quando retornar de férias, na quarta-feira, depois do carnaval. Em seguida, o servidor José Adelar tomou a palavra, mencionou que há vários anos é agente financeiro (representante do prefeito) para fins de dupla movimentação bancária (uma das assinaturas deve ser do prefeito ou representante desse e a outra deve ser da gestora para movimentar as contas do Fundo). Que nessa semana foi no Banco Bannrisul a fim de regularizar a situação da conta a pedido da servidora Mônica porque nesse banco não tinha exigência de movimentação bancária. Pois isso gerou um aditivo a ser assinado pelo prefeito, diante da modificação. Então o prefeito relatou que diante das confusões de autorizações de assinatura bancárias iria revogar qualquer delegação para movimentar o dinheiro do RPPS e que agora somente ele iria autorizar. Em contrapartida, o servidor José Adelar informou que não tem a ver com a confusão de pagamento de guias, mas que essa decisão a respeito de delegação é do Prefeito. O conselheiro José Adelar então falou que diante da situação não possui interesse em permanecer no RPPS. Desse modo, protocolou sua renúncia do cargo de Conselheiro. Nada mais tendo a tratar, encerra-se a presente Ata, que vai assinada por todos os presentes. Reunião encerrada às 16h e 30 min.

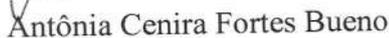
**Integrantes do Conselho:**

  
Mônica E. G. Spielmann

  
Fabíola Reis Gehlen

  
Jaqueline Lozano Chaves

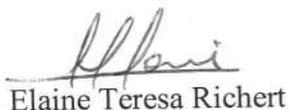
  
Soelaine Santos de Lima

  
Antônia Cenira Fortes Bueno

  
José Adelar Milckzarek

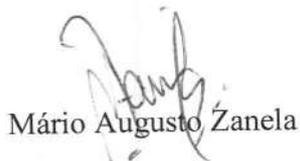
  
Jordan Schwaab

**Gestora do Fundo:**

  
Elaine Teresa Richert

**Membros do Comitê de Investimento:**

  
Mateus Neves Giordani

  
Mário Augusto Zanela

  
Jonas Oliveira da Rosa

